

As medidas econômicas em xeque



SAÍDA

CRÍTICA

Congelamento

Preços, salários e mesmo câmbio ficam parados, não podendo subir até que o Governo o permita. Experiências anteriores incluíram tablita de deflação para eliminar a inflação futura, embutida em contratos previamente fixados.

A cada choque, é menos respeitado. E quando termina, costuma provocar aceleração inflacionária. Engessa a economia, desequilibrando os preços relativos. Agentes econômicos já aprenderam a utilizar mecanismos de defesa (ágio, mudança de nome de produto, etc) e os salários acabam sendo o único preço atingido. Exigiria um sistema de fiscalização, que foi desmontado no governo Collor.

Prefixação

Fixação prévia de uma taxa máxima a cada mês mais baixa - para correção de preços, salários, e mesmo câmbio ou expansão da moeda.

Se a medida for compulsória, os empresários podem não respeitar, reajustando preços por conta própria. Neste caso, apenas os salários seriam contidos.

Pacto social

Os diferentes agentes econômicos entrariam em acordo a respeito das medidas a serem adotadas, com objetivo de conter a inflação. A negociação teria que se dar, principalmente, em torno das perdas que cada componente do pacto admitisse ter.

Pelo menos duas vezes já foi tentado, sem sucesso. Dificuldade de implementação, principalmente por divergências entre os diferentes agentes e até mesmo por fragilidade de liderança: o acordo é feito, mas não é cumprido nas bases.

Alongamento da dívida externa

Aumento do prazo de vencimentos dos títulos públicos de forma a conter a rolagem diária da dívida. Isto porque o alto custo de rolagem da dívida interna é uma das maiores causas do desequilíbrio das contas do Governo.

Se feita de forma unilateral, representaria confisco ou calote da dívida, criando um nível de desconfiança insustentável do público em relação ao Governo. Os bancos repassariam as perdas aos aplicadores.

Ajuste fiscal

Aumento de receita, através da reestruturação de todo o sistema tributário, e corte de despesas, através da reformulação do sistema previdenciário, enxugamento da máquina pública, etc.

Não tem como ser implementado no curto prazo. Na melhor das hipóteses, espera-se que seja feito por ocasião da revisão constitucional, no fim deste ano. Poderia incluir demissão de funcionários públicos. Seria recessivo, se não estabelecesse um novo perfil para a estrutura produtiva do setor privado.

Âncora monetária

Utilização de todos os instrumentos de controle monetário (depósito compulsório, aumento de taxa de desconto, etc) para conter o crescimento da base monetária e de suas quase moedas (todo o dinheiro em circulação na economia).

Medida altamente recessiva: escassez de dinheiro limita o consumo privado e a atividade das empresas. Requer um processo de ajuste mais demorado.

Âncora cambial

A moeda nacional passaria a variar de acordo com a flutuação de uma moeda forte (no caso, o dólar). Há várias teses sobre o assunto. O modelo argentino inclui a conversibilidade. Há também os que defendem apenas a emissão de títulos públicos que tenham como garantia os dólares das reservas cambiais do país.

O déficit público tem que estar sob controle, para que o Governo não precise voltar a se endividar e, assim, gerar mais inflação, neste caso, inflação em dólar. No caso argentino, há necessidade de se ter altas reservas cambiais. No segundo caso, o impacto positivo sobre a inflação seria demorado.